RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo deste trabalho será disponibilizado somente a partir de 03/10/2024.

AUGUSTO HENRIQUE ASSIS RESENDE

IMPRENSA E CULTURAS POLÍTICAS NO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO: 1808-1822

Assis

2022

AUGUSTO HENRIQUE ASSIS RESENDE

IMPRENSA E CULTURAS POLÍTICAS NO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO: 1808-1822

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Dr. André Figueiredo Rodrigues.

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – N.º do Processo: 88887.514142/2020-00.

Assis

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Laura Akie Saito Inafuko - CRB 8/9116

R433i

Resende, Augusto Henrique Assis
Imprensa e culturas políticas no Império Luso-brasileiro: 1808-1822 / Augusto Henrique Assis Resende. Assis, 2022.
170 f.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. André Figueiredo Rodrigues

1. Imprensa. 2. Culturas políticas. 3. Império Luso-brasileiro. I. Título.

CDD 981.469005

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE AUGUSTO HENRIQUE ASSIS RESENDE, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2022, às 14 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de AUGUSTO HENRIQUE ASSIS RESENDE, intitulada **Imprensa e culturas políticas no Império Luso-brasileiro: 1808-1822**. A Comissão Examinadora foi constituida pelos seguintes membros: Prof. Dr. ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES (Orientador - Participação Virtual) do Departamento de História / UNESP/FCL-Assis, Profa. Dra. ANDREA SLEMIAN (Participação Virtual) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Profa. Dra. EDNA MARIA MATOS ANTONIO (Participação Virtual) do Departamento de História / UFS - Universidade Federal de Sergipe, Profa. Dra. MARISA SAENZ LEME (Participação Virtual) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Prof. Dr. JOSÉ OTÁVIO AGUIAR (Participação Virtual) do Departamento de História / Centro de Humanidades / UFCG/Campina Grande. Após a exposição pelo doutorando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram doato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final **APROVADO**.

Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo Presidente da Comissão Examinadora.

André Figueiredo Rodrigues

Prof. Dr. ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES

Agradecimentos

Primeiramente, eu sou muito grato por ter tido a possibilidade de estudar na UNESP, uma universidade pública, gratuita e de excelente qualidade. Sou realmente feliz por ter alcançado essa oportunidade. Em relação necessária com a dita universidade, externo minha gratidão ao Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues, sempre solícito e voluntarioso, meu orientador nessa trajetória do doutoramento.

Em seguida agradeço pelos importantes conselhos, sugestões e críticas que recebi durante o Exame Geral de Qualificação, ocorrido de maneira virtual em 2 de fevereiro deste ano, em cuja banca estiveram presentes a Prof.ª Dr.ª Lucia Helena Oliveira Silva – Departamento de História da FCL/Assis-UNESP – e o Prof. Dr. Dirceu Casa Grande Júnior – UTFPR/Cornélio Procópio.

Manifesto agradecimento à Comissão Examinadora, composta pela Prof.ª Dr.ª Andrea Slemian (UNIFESP), Prof. ª Dr.ª Edna Maria Matos Antonio (Departamento de História da UFS), Prof.ª Dr.ª Marisa Saenz Leme (UNESP/Franca) e Prof. Dr. José Otávio Aguiar (Departamento de História da UFCG), cujas análises que promoveram acerca da tese colaboraram bastante para o seu aperfeiçoamento final, favorecendo, de modo fundamental, para que se tivesse maior qualidade no texto que se entrega.

Devo reconhecer ainda os variados e importantes auxílios que recebi de minha mãe, Maria Auxiliadora de Assis Resende; por parte de minha irmã, Amanda Graziella Assis Resende Almeida, pelos pontuais, mas relevantes auxílios com livros, bem como das situações ligadas à parte estrutural (normas da ABNT) do trabalho; e à distância, de meu pai, Sebastião Romeu de Resende.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 -, N.º do Processo: 88887.514142/2020-00. Um suporte possibilitado a partir de 1.º de maio de 2019 e que se estendeu até 30 de setembro de 2022, sendo essencial para que eu pudesse me dedicar aos estudos e à pesquisa de maneira a não necessitar buscar outros meios de me manter financeiramente.

Genericamente, o meu texto versa sobre as esperanças e as incertezas sociopolíticas vividas pelos “brasileiros” entre 1808 e 1822. Como há duzentos anos, atualmente passamos por turbulências de mesma ordem, social e política, e assim como lá, aqui também haveremos de nos reerguer. Mas isso não se fará sem a reedificação das instituições de fomento à pesquisa, imprescindíveis ao desenvolvimento civilizacional do Brasil, e tampouco sem os investimentos

necessários à Educação, pois precisamos superar a mentalidade incutida em nosso povo e atrelada ao colonialismo.

RESENDE, Augusto Henrique Assis. **Imprensa e culturas políticas no Império Luso-brasileiro:** 1808-1822. 2022. 170 f. Tese (Doutorado em História). – Universidade Estadual Paulista (UNESP). Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2022.

Resumo

O trabalho que se apresenta foca nas culturas políticas sob as quais alguns indivíduos se congregavam, formando grupos de interesses na sociedade luso-brasileira no período de 1808 a 1822. A escolha deste recorte temporal se deve às naturais lacunas que se encontram na historiografia relativa aos agrupamentos políticos e à sua atuação na imprensa. Propõe-se uma ampla compreensão daquela sociedade, com base no exame de oito jornais de quatro cidades relacionadas ao império. Seus objetivos são referentes ao esclarecimento das disputas entre aqueles grupos (mormente brasilienses e coimbrãos) na busca de compreender o porquê de variados escritos adentrarem o Império Luso-brasileiro apesar da rigorosa censura, e auxiliarem na instrução dos indivíduos, propiciando o fenômeno da opinião pública; assim como a compreensão acerca das diferentes variantes da soberania – aquela calcada na origem divina do monarca, e a que enfoca no povo e na nação. E para se compreender isto, divide-se a tese em duas partes: a primeira delas é composta por dois capítulos cujo foco está na análise dos embates referentes às variações de ideias e objetivos sociopolíticos que se tinha relativamente às culturas políticas ligadas ao Absolutismo, Iluminismo e Liberalismo. A segunda parte, que tem como objeto o estudo da circulação de papéis e de ideias pelo Império Luso-brasileiro, distribui-se em três outros capítulos, cujo eixo articular está na discussão sobre a imprensa e as culturas políticas.

Palavras-chave: Imprensa. Culturas políticas. Império Luso-brasileiro.

RESENDE, Augusto Henrique Assis. **Press and political cultures in the Luso-Brazilian Empire**: 1808-1822. 2022. 170 f. Thesis (Doctor in History). São Paulo State University (UNESP). School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2022.

Abstract

The study presented here focuses on the political cultures under which some individuals congregated, forming interest groups in Luso-Brazilian society in the period from 1808 to 1822. The choice of this time frame is due to the natural gaps found in the historiography concerning the political groupings and their role in the press. A broad understanding of that society is proposed, based on the examination of eight newspapers from four cities related to the empire. Its objectives refer to the clarification of disputes between those groups (mainly from Brasília and Coimbra) in the search to understand why various writings entered the Luso-Brazilian Empire despite rigorous censorship, and to assist in the instruction of individuals, providing the phenomenon of public opinion. ; as well as the understanding of the different variants of sovereignty – the one based on the divine origin of the monarch, and the one that focuses on the people and the nation. And to understand this, the thesis is divided into two parts: the first of which is composed of two chapters whose focus is on the analysis of the clashes regarding the variations of sociopolitical ideas and objectives that were had in relation to the political cultures linked to Absolutism, Enlightenment and Liberalism. The second part, which has as its object the study of the circulation of papers and ideas throughout the Luso-Brazilian Empire, is divided into three other chapters, whose articulate axis is in the discussion about the press and political cultures.

Key-words: Press. Political cultures. Luso-Brazilian Empire.

Sumário

Introdução 9

Parte I: As culturas políticas no mundo luso-brasileiro

Capítulo 1: Absolutismo versus Iluminismo e Liberal-constitucionalismo 21

Capítulo 2: A imprensa luso-brasileira e o conceito de soberania 68

Parte II: A circulação de papéis e de ideias pelo Império Luso-brasileiro entre 1808 e 1822

Capítulo 3: As estruturas censoras no Império Luso-brasileiro 90

Capítulo 4: O acesso às ideias, ao conhecimento e às informações via imprensa 115

Capítulo 5: A opinião pública e seu crescimento via imprensa 144

Considerações finais 159

Referências 162

Fontes 169

Introdução

A história do Brasil como um país autônomo politicamente em relação a Portugal se iniciava de maneira oficial, e contundente, em 7 de setembro de 1822 com o famoso "grito do Ipiranga", expressão provavelmente mais simbólica do que verossímil, e atribuída ao príncipe regente D. Pedro num gestual que se coadunava com uma série de interesses de setores sociais que já não viam um futuro promissor na manutenção do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Àquela altura, alguns indivíduos estabelecidos no Brasil e intensamente ligados à economia deste reino estavam deveras interessados na manutenção de sua autonomia econômica, alcançada precipuamente a partir da carta régia de abertura dos portos às nações amigas (28 de janeiro de 1808), movimento circunstancial que viria seguido do Tratado de Comércio e Navegação, e do Tratado de Paz e Amizade, ambos de 1810. Essas medidas liberalizantes da Coroa portuguesa visavam atender aos anseios da Coroa britânica, parceira histórica e grande auxiliadora na trasladação da corte real lusitana de Lisboa para o Rio de Janeiro. Porém, aquelas medidas fortuitamente também obravam em benefício de suas ex-colônias na América, como sua elevação a reino (1815), a aclamação de D. João como rei (1818) etc., aumentando o desenvolvimento econômico e político do Brasil em âmbito internacional.

Esse desenvolvimento proporcionaria progressos econômico-sociais especialmente para a elite político-econômica imperial enfocada nas relações com o Rio de Janeiro, em um movimento conjuntural que gradativamente assentaria a nova Corte como o centro do império. Alguns grupos ali presentes tinham pretensões quanto ao acolhimento das ideias liberais, situação que seria potencializada pela chegada das novidades vintistas, em outubro de 1820. O estabelecimento das Cortes Constituintes da Nação Portuguesa entre o fim daquele ano e o seguinte, em Lisboa, parecia tornar a direção liberal a mais certeira.[1]

Temerosa em perder os benefícios obtidos em seus negócios e/ou empregos públicos desde a vinda da corte real portuguesa em 1808, a elite do Centro-Sul brasileiro (com interesses políticos, econômicos e sociais assentados naquela região, mas com intensas relações com as colônias portuguesas na África), não queria arriscar a perda de posições privilegiadas conseguidas no âmbito da política e tampouco no mercado. Em linhas gerais, representada por Joaquim Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira, inicialmente apoiaria as decisões das Cortes

[1] A primeira reunião das Cortes Constituintes de Lisboa se deu em 26 de janeiro de 1821, e ainda sem a presença dos deputados americanos (VILLALTA, 2016; PIMENTA, 2015, p. 388-389).

lisboetas acerca da necessidade de o príncipe regente retornar a Portugal,[2] ou seja, focava na relação de manutenção da união com Portugal e Algarves. Mas o propósito desse grupo também tinha ligações com situações político-econômicas no Brasil, visto que eles ansiavam em levar vantagens num possível vácuo de poder no Rio de Janeiro no caso de o dito príncipe partir para Lisboa.

Nesse contexto, e alterando sua posição inicial, esse grupo passaria a contrariar alguns ditames do Congresso Nacional e escolheria apoiar o príncipe D. Pedro com o intuito de fortalecer e de centralizar o poder político já vigente no Rio de Janeiro, ainda que à custa da união imperial. Dessa maneira, "especialmente a partir de 1820, e com o apoio desses negociantes da terra, chegariam ao limite da efetiva luta pelo poder político, influindo de modo decisivo nos destinos do novo Estado independente criado em 1822" (SLEMIAN, 2006, p. 37).

Embora contasse com a presença de portugueses americanos, os grupos que de alguma maneira se envolviam com a política no reino brasileiro eram majoritariamente compostos por portugueses europeus, e esses segmentos que conheciam mais amplo crescimento econômico e social após o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro foram nomeados pela historiografia brasileira como elite brasiliense, ou partido brasileiro, e eram compostos, principalmente, por pequenos comerciantes, eclesiásticos e funcionários públicos que, em geral, não possuíam formação acadêmica. Naquele contexto e em alguns momentos, eles estavam em lado oposto a outro agrupamento de indivíduos, e que foram denominados pela mesma historiografia como coimbrãos, ou partido português, elite política, cultural e econômica brasileira formada majoritariamente na Universidade de Coimbra (NEVES, 2003; PRADO JÚNIOR, 2006).[3]

De início, naquela sociedade iam sendo alterados alguns comportamentos políticos, econômicos e sociais dos portugueses (da América e da Europa) em uma resposta natural às mudanças da condição política da América portuguesa no seio do Império Português – tendo abruptamente passado de colônia a sede da monarquia em 1808, a reino em 1815, e a país independente em 1822. O início do século XIX possibilitava que se lançasse mão da ampliação da esfera pública, e um artifício que provavelmente faria sentido aos indivíduos do período seria aquele referente ao uso de escritos (manuscritos e impressos) em tentativas de se valer do

[2] Decreto das Cortes Constituintes de Lisboa, de 29 de setembro de 1821, determinava, dentre muitas coisas, o retorno do príncipe regente a Portugal.

[3] Sobre os portugueses europeus e americanos, com o intuito de tentar fortalecer a ideia de Império Luso-brasileiro, "Dom Rodrigo de Sousa Coutinho pretendia que o português nascido nas quatro partes do mundo se julgue apenas português", pondo de lado os localismos, a fim de evitar dissensões dentro do Império Português (MATTOS, 2005, p. 15). Ressaltava-se a importância em se estabelecer laços de irmandade entre os portugueses de todas as partes para que se atravessasse com menos dificuldade a crise política vivenciada com o esfacelamento das instituições do Antigo Regime, pois havia o temor de que a América portuguesa – repleta de identidades coletivas – seguisse o exemplo da América espanhola, e se dividisse (PIMENTA, 2007).

crescimento substancial de sua circulação e da maior força que a opinião adquiria naqueles meios, cada vez mais propícia a públicos mais numerosos com o decorrer dos anos e dos acontecimentos políticos imperiais.

Naqueles anos de agitação política, e também cultural, efetivamente haveria alguns movimentos acordes na América, dentre eles o considerável aumento na produção de escritos impressos – livros, folhetos, jornais; e o crescimento da opinião pública. Não obstante, esses dois momentos de expansão – escritos e opinião – ocorressem de modo fluido com a liberdade de imprensa, eles não deixaram de suceder em situações de maior controle oficial sobre os papéis circulantes (GUERRA, 2009, p. 345-352).

Assim, na Corte do Rio de Janeiro, bem como em outras partes da América portuguesa e sob sua influência, houvera transformações ocorridas nos espaços públicos concernentemente às variações nos tipos de manifestações públicas de então: desde aquelas de cunho tradicional e afeitas às estruturas do Antigo Regime, em que as procissões religiosas e as celebrações dinásticas, os desfiles, estandartes, e execuções públicas de condenados etc., eram "manifestações que envolviam consideráveis parcelas da população e que permeavam o cotidiano da cidade"; até às atividades quase exclusivas do mundo público, das ruas e em que preponderava a presença do povo, da "plebe", do "populacho", em manifestações que ulteriormente seriam denominadas como folclóricas (MOREL, 2005, p. 156-157).

Em tal cenário, os escritos impressos adquiririam bastante relevância por sua larga abrangência social e significativo alcance territorial. Assim, por meio de alguns veículos de imprensa se busca apreender a utilização que alguns grupos – mormente os coimbrãos e os brasilienses – faziam relativamente aos espaços públicos em benefício próprio, talvez com a finalidade de elaborar projetos políticos de acordo com as suas culturas políticas[4] e interesses socioeconômicos, sabendo-se que os primeiros eram alinhados ao Liberalismo tido como moderado, enquanto que os últimos tinham um alinhamento relativo ao Liberalismo dito exaltado. O Liberal-constitucionalismo pelo qual essas culturas políticas resvalavam se inseria em um contexto em que os indivíduos que as agregavam possuíam leituras eivadas da Ilustração.

De acordo com Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, os indivíduos ilustrados que simpatizavam com o Liberalismo clássico eram reformadores, conservadores que temiam o fervor revolucionário, que permaneciam com o ideário de o rei ser o representante da nação e que a soberania não provinha do povo (2013, p. 80-81). Os membros desse grupo costumavam

[4] Berstein (1998, p. 359) diz que o conceito de culturas políticas se encontra na encruzilhada de estudo da história cultural com a história política e que é variável de acordo com a sociedade em que está inserido.

ser leitores e adeptos de filósofos como Edmund Burke, Montesquieu e Benjamin Constant, todos com alguma obra lida e comentada no Brasil daquele período.

> Esses ilustrados luso-brasileiros, em sua maioria, frequentaram a Universidade de Coimbra, sendo autores de escritos políticos e de propostas que se situavam entre o velho absolutismo e as novas ideias de liberdade, em que o sufrágio e a representação ficavam restritos aos cidadãos mais prósperos (NEVES, 2013, p. 81).

Outro grupo presente na cena política daquela sociedade estava mais aberto aos ideários liberais franceses, em vertente cujos autores que os inspiravam (Voltaire, Mably, Raynal, De Pradt, Condorcet, Condillac) costumavam ter suas obras censuradas pela Mesa do Desembargo do Paço (ou outro órgão censor a depender do período). Com a leitura que se fazia desses intelectuais, uma das coisas que esse grupo defendia era a soberania com origem no povo (NEVES, 2013, p. 82).

Baseado nas leituras mais habituais presente entre os luso-brasileiros, era mais comum que o Liberalismo almejado por parte deles tivesse um caráter mais moderado do que aquele presente na literatura e experiência inglesas. Embora oriundo de seus preceitos, haveria bastante influência do movimento liberal gaditano no Liberal-constitucionalismo que despontaria no reino português a partir da Revolução do Porto, em agosto de 1820, e a partir de janeiro de 1821 no reino brasileiro. Acerca do Liberalismo no mundo atlântico de inícios do Oitocentos, ele poderia ser um tanto vago no que tocava ao seu entendimento, por vezes sendo confundido com o constitucionalismo, e em muitas menções da época ao que seria sobre esse liberalismo se vê mais a designação de liberal (BEBEL; FERREIRA, 2012, p. 169-170).

Isso posto, para investigar questões relativas à temática das disputas político-ideológicas em torno do Absolutismo e do Liberalismo e com as proposições referentes às suas respectivas culturas políticas, acredito que se tratando de um estudo que tem como delimitação espacial porções geográficas da América portuguesa e de Portugal, um apropriado marco temporal inicial para a pesquisa seria 1808, quando da criação da Impressão Régia no Rio de Janeiro, em 13 de maio. Tendo em vista a sua relevância ímpar, já que esta era uma instituição que propiciava a impressão e a difusão de documentos do Estado português estabelecido na América, sendo ainda responsável pela produção de jornais e de vários tipos de textos, ela era uma facilitadora relativa à circulação de impressos e, consequentemente, de ideias pela América portuguesa (LIMA, 2006, p. 159-175).

Caberia àquela tipografia a impressão da *Gazeta do Rio de Janeiro* – cuja primeira edição seria impressa em 10 de setembro de 1808 –, tendo a proeminência de ser o primeiro

jornal a ser impresso na América portuguesa com autorização real; mas não só, uma vez que com o correr dos anos, outros jornais seriam confeccionados ali sob a licença real (MEIRELLES, 2009). Inclusive, a partir da ampla produção na Impressão Régia passaria a haver a inversão colonial de funções quanto à propagação de escritos, ulteriormente se transformando em uma exportadora de impressos para Portugal (MOTA, 2009, p. 197-238), e, possivelmente, para outros domínios portugueses em outros continentes.

Como delimitação temporal final da pesquisa, valho-me da finalização das publicações do *Correio Brasiliense*, que aconteceria em 1.º de dezembro de 1822. Sendo assim, esse recorte histórico (1808-1822) permitiria cobrir parte considerável dos rastros atinentes aos grupos envolvidos com os espaços públicos luso-brasileiros e que desencadeariam uma série de transformações na nossa condição política. Desse modo, viso demonstrar: primeiramente que, apesar de partilharem um referencial teórico-filosófico comum (o Iluminismo e o Liberalismo), alguns indivíduos formariam grupos divergentes e com projetos políticos muito diferentes entre si; que além da formação desses dois grupos, um outro agrupamento antagonizaria consideravelmente com eles, já que se norteava pelos preceitos do Absolutismo. Desta feita, darei mostras da rivalidade entre esses três grupos a partir de textos variados inseridos nos jornais luso-brasileiros, como nos elaborados por seus redatores. Em segundo, apresento alguns aspectos relacionados ao conceito de soberania e que estavam em sintonia com as doutrinas do período, mostrando a grande influência liberal no delineamento desse importante elemento, que a partir dali daria legitimação às representações nacionais em sentido mais abrangente.

Intento ainda evidenciar parte das complexas redes eclesiásticas e governamentais da estrutura censória no reino português, e em abrangência aos seus domínios americanos. Pretendendo entender como se dava a intensa circulação de escritos, a despeito dos fortes mecanismos da censura ligada à produção e entrada de papéis no Império Luso-brasileiro; bem como compreender acerca das ideias transmitidas aos luso-brasileiros por meio desses papéis volantes.

Como fontes de pesquisa, enumero os oito jornais do mundo luso-brasileiro que vêm sendo analisados no intuito de respaldar os posicionamentos que aqui se farão. São eles: *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, 1715 a 1833; *Correio Brasiliense ou Armazém Literário*, Londres, 1.º de junho de 1808 a 1.º de dezembro de 1822; *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal Literário, Político ETC.*, Londres, julho de 1811 a fevereiro de 1819; *Idade d'Ouro do Brasil*, Salvador, 14 de maio de 1811 a 24 de junho de 1823; *O Patriota. Jornal literário, político, mercantil*, Rio de Janeiro, janeiro de 1813 a dezembro de 1814; *Semanário Cívico*, Salvador, editado de 1.º de março de 1821 a 19 de julho de 1823; *Revérbero Constitucional Fluminense*,

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822; e *Correio do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, publicado de 10 de abril de 1822 a 24 de novembro de 1823.

Esse *corpus* documental é extremamente rico em evidências da história, e contém material variado e abrangente a diversos temas que se queira proceder a investigações no âmbito dessa ciência. Queria poder me valer dos 260 números previamente fichados desses periódicos.[5] Contudo, a quantidade de edições transcritas é suficiente qualitativamente e em bom número para se ter ideia e bom entendimento de algumas situações existentes naquela sociedade luso-brasileira.[6]

Acerca desses fichamentos, eles foram integralmente realizados a partir da leitura dessas centenas de edições digitalizadas dos jornais mencionados. A partir das sessões dos periódicos (segmentação que ocorre com o *Correio Brasiliense*), e em alguns casos por meio dos títulos dos artigos ali inseridos, eu procedia a uma filtragem inicial em busca de termos-chave afins com os temas que poderiam auxiliar nos objetivos da pesquisa, como: disputas discursivas relacionadas ao Absolutismo versus Liberalismo, movimentos liberais, constitucionalismo, liberdade de imprensa, soberania etc. Assim, quando algum artigo, correspondência, editorial e/ou anúncio aparentava conter alguma dessas temáticas eu procedia à sua leitura e, manualmente, anotava os principais pontos, características, impressões do texto, e ia destacando o que poderia ser utilizado para a escrita da tese.

A seguir eu comparava o material coletado (um jornal com outro, e com alguns textos historiográficos), e já na fase do cronograma do doutoramento concernente à escrita, eu ia marcando quais partes dos vestígios encontrados seriam direcionados a cada um dos capítulos então em elaboração. Tendo sempre em conta que alguns trechos das fontes poderiam ser úteis a mais de um capítulo, visto que certos temas têm uma relação de proximidade muito grande entre si, como, por exemplo, constitucionalismo e soberania, liberdade de imprensa e opinião pública etc.

A última etapa atinente aos fichamentos se daria com a cópia de alguns excertos para sua inserção direta e/ou indireta no corpo da tese de maneira que pudessem respaldar os meus posicionamentos, as minhas hipóteses, auxiliar na resposta a alguns questionamentos. Um adendo que não devo deixar de fazer é referente ao cronograma respeitante ao período das

---

[5] Um total de 260 edições fichadas à mão e analisadas dos oito jornais aludidos estão assim distribuídas: quatro d'*O Investigador Português em Inglaterra*; sete do *Correio do Rio de Janeiro*; 11 do *Semanário Cívico*; 18 d'*O Patriota*; 19 do *Correio Brasiliense*; 30 do *Revérbero Constitucional Fluminense*; 69 da *Gazeta de Lisboa*; e 111 da *Idade d'Ouro do Brasil*. Nem todas puderam ser transcritas.

[6] As edições digitalizadas desses jornais podem ser encontradas no sítio eletrônico da Biblioteca Nacional Digital do Brasil: http://bndigital.bn.gov.br/. A ortografia relativamente aos excertos dos jornais e que estão inseridos ao longo dos capítulos está atualizada.

pesquisas nos jornais, pois, por cerca de seis meses (no ano de 2021) estive totalmente impossibilitado de fazer qualquer tipo de pesquisa no sítio eletrônico da Biblioteca Nacional Digital do Brasil. A impossibilidade de acesso ao *site* desta instituição se dava por questões de ordem técnica, tendo em vista que ele foi "hackeado".

Em uma breve observação a respeito da factibilidade da imprensa como fonte de pesquisa, Maria Helena Capelato diz que a sua valorização como fonte e objeto histórico ocorreria a partir dos anos 1970, em um momento que a História passava por situações de renovação teórica e metodológica, abrindo possibilidades a novos tipos de vestígios à investigação histórica. A autora comenta ainda que assim como outros tipos de documentos utilizados como fontes para se entender criticamente o passado, os jornais também auxiliam no entendimento desse passado de modo a captar as transformações sociais, circunstâncias que servem aos historiadores como elementos para se interrogar os indivíduos de outrora.

> Essa constatação permite afirmar que a imprensa oferece amplas possibilidades para o estudo da história porque nela fica registrada a vida cotidiana de uma sociedade em seus múltiplos aspectos, o que permite ao historiador compreender como viveram os indivíduos de outras épocas, não só os 'ilustres', mas também os sujeitos anônimos.
>
> Ler a história por meio dos jornais é fascinante porque, em cada página, nos deparamos com aspectos significativos da vida de nossos antepassados, seus usos e costumes (CAPELATO, 2015, p. 115).

Para o entendimento espacial da pesquisa, utilizo parte dos escritos produzidos em locais de considerável importância para o Império Luso-brasileiro: Rio de Janeiro, Salvador e Lisboa, além de também privilegiar parte do que se passava em Londres. A opção pela capital do Império Britânico se deve às relações comerciais e diplomáticas bastante estreitas entre Portugal e Inglaterra, à relevante embaixada portuguesa ali estabelecida e, em especial, por conta dos jornais portugueses que lá eram editados e enviados a alguns domínios lusitanos. Enquanto a escolha das três primeiras cidades se deve à relevância política, econômica e social que elas tinham para o Império Luso-brasileiro, posto que durante os últimos três séculos do período colonial, a principal concentração de poder político português esteve presente nelas (MOREL, 2005, p. 151-153).

A partir daí eu busco a compreensão do fenômeno das culturas políticas nos oito jornais luso-brasileiros mencionados, e de acordo com o recorte cronológico referido. Isto é, procuro entender como os grupos ligados à política luso-brasileira deixariam transparecer em seus escritos cotidianos, diálogos, debates, críticas etc., as suas insatisfações, as ideias e os projetos políticos que os inspiravam e os moviam – ressalta-se que não são apenas as ideias que agem em um contexto social, mas também o lugar de onde elas vêm (WINOCK, 2003). A crescente

propagação de escritos impressos nas primeiras décadas do Oitocentos, com a costumeira leitura em voz alta e com reuniões a fim de se comentar o que era veiculado na imprensa, as ideias em voga no período voavam com aquelas palavras e deveriam alcançar um número grande de ouvintes e de comentadores, tornando-os uma "plateia socialmente mais larga e variada" (NEVES, 2011, p. 89) do que a de leitores propriamente. De certa maneira, um complemento à corriqueira divulgação de ideias e de críticas presentes nos bastante tradicionais manuscritos.

Das leituras bibliográficas à prática de pesquisa se utiliza alguns métodos já consagrados na historiografia: o método crítico e a análise semântica. De modo que se possa analisar toda documentação com o rigor que o fazer histórico demanda, guio-me pelo que diz Marc Bloch acerca da importância de se analisar criticamente um documento, na verificação com certa desconfiança quanto ao que as fontes voluntárias e involuntárias podem oferecer ao historiador (BLOCH, 2001, p. 15-34; 89-124). Igualmente nesse sentido, Antoine Prost chama a atenção para a grande relevância desse método de crítica documental e de suas regras (com as críticas: interna, externa, da sinceridade e da exatidão), as quais ajudam o historiador a proceder a uma pesquisa que tenha questionamentos pertinentes e que o levam a hipóteses e a respostas adequadas àquele momento (PROST, 2014, p. 59-74).

Além disso, atento ao que dizem Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, olho para os textos e para os discursos presentes nesse *corpus* de forma que ambos sejam percebidos para além da hermenêutica ou crítica de interpretação, isto é, que estejam relacionados ao contexto social em que aquela documentação foi produzida (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 375-399). Então, o texto não seria um mero descolamento da realidade em que seu autor vivia e o produzira, e por isso, proporcionaria chaves de interpretação para que aquele período seja entendido em muitos outros momentos.

Já como referencial teórico utilizo o conceito referente às culturas políticas, que associado à história das ideias políticas está na abrangência da história do político. Tendo em vista que este tipo de história passaria por uma grande revisão historiográfica durante o século XX, sendo refeito com novos aportes teórico-metodológicos e englobando aquilo que extrapola o individual – que era a grande crítica que se fazia à clássica história política: metódica, anedótica, elitista, biográfica –, estando presente e muito associado à coletividade, que é o universo da política. Um dos grandes responsáveis pelo retorno da história do político seria o historiador francês René Rémond, o qual é um dos expoentes na revalorização da história do mundo político na historiografia contemporânea, haja vista que ela ficaria no ostracismo da

historiografia, principalmente a partir da primeira geração dos *Annales*, e até aproximadamente os anos 1970.

Reapresentando a história política com uma grande capacidade de apreensão dos movimentos da humanidade, ainda atribuiria a ela o epíteto de "nova" com o intuito de demonstrar seus maiores alcances enquanto suporte à pesquisa histórica (RÉMOND, 2003, p. 13-36; 441-453). Essa nova história política seria vista como de grande abrangência social, visto que os movimentos políticos passavam a ser enxergados pelos historiadores como sendo situações de grande extensão e participação popular; igualmente, o político e o social seriam percebidos em movimentos indissociáveis entre si, tendo a vertente política como a responsável pelo ordenamento social. É dizer que a compreensão de uma sociedade não se resumiria aos seus aspectos sociais, culturais nem econômicos, com tudo isso resvalando na ou para a política. Porquanto que com o político, um agrupamento de pessoas seria mais do que uma mera população em uma dada sociedade, pois progressivamente ela extrapolaria aquele contingente de indivíduos e se tornaria uma comunidade (ROSANVALLON, 2010, p. 71-72).

Relativamente à cultura política, sabe-se que o conceito fora inicialmente forjado por Gabriel Almond e Sidney Verba nos anos 1960 e tinha um enfoque multidisciplinar, já que ele havia recebido influências da Sociologia, da Filosofia e da Antropologia. A partir dali, Almond e Verba queriam entender os comportamentos políticos das pessoas em relação às instituições democráticas contemporâneas (*Apud*. KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999). No entanto, mais tarde, esse conceito seria apropriado pela historiografia política e passaria a adquirir contornos mais condizentes com os estudos empreendidos pela História. Doravante, o "conceito passou a ser definitivamente apropriado pelos historiadores, sobretudo franceses, a partir do chamado [...] retorno da(o) política(o), nos anos 1980 e 1990" (MOTTA, 2009, p. 18).

A respeito do conceito de culturas políticas, trata-se aqui do que é entendido a partir dos textos de Serge Berstein (1998), de Rodrigo Patto Sá Motta (1996; 2009) e de Eliana Freitas Dutra (2000), em leituras em que se percebe algumas aproximações entre eles no que toca à compreensão e às definições do referido conceito. Nelas se vê que ambos os autores definem que cultura política – ou culturas políticas, como também é destacado, visto que esse fenômeno costuma ser plural em uma sociedade – é um conceito bastante complexo por estar imiscuído no âmago das relações sociopolíticas de um indivíduo, mas que tende a dar conta do estudo que relaciona a cultura com a política, assim como ao proporcionar novos nuances nessa relação.

Dessa feita, procuro mostrar que o comportamento político de determinado indivíduo – não importando seu estrato social – não costumaria fugir a um padrão coletivo. Assim, tem-se a ideia de que certos procedimentos sociais desses indivíduos seguiriam uma situação

comportamental semelhante por conta de uma socialização similar, ou seja, indivíduos nascidos e criados em determinado nicho cultural agiriam de modo parecido entre si em determinados casos, especialmente naqueles em que se vissem como um grupo coeso e em cujos interesses se harmonizassem. Não é que com isso se suponha que algum tipo de determinismo agisse sobre esses indivíduos e direcionasse suas ações e práticas, mas sim que aspectos culturais cotidianos como afeto, fé e educação pudessem moldá-los concernentemente a decisões e a ações de cunho político afins.

Isso se insere no que se entende por forças que mobilizariam indivíduos de um mesmo segmento social – e que desfrutariam de uma mesma cultura – a adotar posições políticas análogas no intuito de se fortalecer um determinado grupo ou situação. O que aproximaria esses indivíduos – e os inseriria em um grupo coeso e em defesa de ideias de mesma natureza a partir do entendimento dos autores aludidos – seria a forte intensidade relativa à inserção a uma cultura política, algo profundamente ligado à formação de vida das pessoas, de modo que isso seria possível, talvez até mesmo provável, "ao mobilizar sentimentos (paixões, esperanças, medos), valores (moral, honra, solidariedade), representações (mitos, heróis) e ao evocar a fidelidade a tradições (família, nação, líderes)", despertando em tais indivíduos certos valores que seriam partilhados coletivamente. Assim, "Toda a força da categoria cultura política reside na percepção de que parte das pessoas adere menos pela concordância com as idéias e mais por identificar-se com os valores e as tradições representadas pelo grupo" (MOTTA, 2009, p. 28).

Posto que esse conceito funcionaria como um código formalizado no interior de um partido, de uma família ou de uma tradição de cunho político, esse tipo de código estaria presente em pensamentos e em atos políticos que seriam compartilhados por indivíduos de uma coletividade afim (DUTRA, 2000). Portanto, um conjunto de ideais e de práticas interiorizadas desde há muito, latentes no subconsciente de um indivíduo que fora criado, educado e inserido no convívio cotidiano com pessoas com ideais similares daria ensejo a ele para que partilhasse não somente uma cultura política com um grupo de pessoas, mas planejamentos, desejos, enfim, projetos de vida.

*

Os capítulos da tese estão divididos em duas partes. A primeira delas diz respeito mais propriamente às variações de ideias e de objetivos políticos e sociais que se têm relativamente às culturas políticas. Assim, no primeiro capítulo abordo as influências que os indivíduos recebiam concernentemente ao Absolutismo, ao Iluminismo e ao Liberalismo. No segundo

capítulo analiso o conceito de soberania (e de suas vertentes liberal e moderada) relativo às culturas políticas e à doutrina Liberal-constitucionalista, com as divergências referentes às variantes daquelas culturas políticas.

Na segunda parte fujo um pouco a uma escrita diacrônica no intuito de melhor proceder a análises imbricadas de temas cujas ações e procedimentos nem sempre eram coevos. Assim sendo, o capítulo três versa sobre a estrutura censória imperial, que, a priori, visava afastar dos vassalos/súditos portugueses alguns ideais filosóficos, políticos, ideológicos que pudessem pôr em risco os direitos e os privilégios da Coroa portuguesa no reino e relativamente aos seus domínios ultramarinos. Com o capítulo quatro procedo ao estudo da circulação de impressos de variadas tipologias que adentravam o Império Luso-brasileiro, demonstrando como se dava essa circulação em alguns de seus territórios, assim como as maneiras com que essa veiculação contribuiria para a disseminação de ideias de matizes diversos, mas especialmente aqueles atinentes ao movimento Iluminista-Liberal e que combatiam o Absolutismo. Já o capítulo cinco contempla o expediente da opinião pública e de sua atuação na esfera pública, influindo em alguns aspectos da política a partir da percepção que se passaria a ter de sua importância social.

Considerações finais

Com esta tese de doutoramento abordei um tema bastante estudado pelas historiografias brasileira e portuguesa. Pela incomum peculiaridade ligada a esse tema – em que um monarca absolutista cruzaria o Oceano Atlântico para escapar aos arroubos revolucionários e expansionistas dos franceses, e dirigir seu império a partir da América, um vasto domínio com muitas colônias desconexas entre si – é natural de se esperar que o recorte cronológico referente a esse período suscite curiosidades diversas em uma série de historiadores, levantando questionamentos múltiplos. Assim que, há uma variedade expressiva de estudos com cobertura do dito período joanino – 1808 a 1821 – e estudos de qualidade tão variável quanto seu elevado número.

Entretanto, ainda que o espectro de estudos historiográficos acerca dos 13 anos e um mês que D. João passaria no Rio de Janeiro seja complementar entre si, sabemos que sempre haverá lacunas em algum estudo, invariavelmente existirão brechas relativamente a algum pormenor negligenciado, sempre nos restará alguma ponta solta em outros estudos. Pois apesar de o recorte temporal em questão não ser demasiadamente extenso, ele pode propiciar variados interesses e muitas perspectivas teórico-metodológicas. Além disso, ele está sujeito à natural passagem do tempo, em que a cada ano e geração formam-se novos historiadores, que com maior conhecimento científico acumulado – e a cada novo tempo, a cada novo indivíduo – crescem as possibilidades de novas perguntas serem direcionadas às fontes (se elas resistirem aos arquivos malcuidados pelo governo; e à inevitável força destruidora do tempo), assim como de haver novas respostas.

Assim sendo, mesmo que a partir desse recorte tão usual à historiografia, tentei me inserir nesse meio de modo a buscar respostas referentes a perguntas ainda não feitas, ou realizadas para outros tipos de fontes. Então, com essa finalidade, decidi-me pelos já muito mencionados oito jornais de quatro cidades-chave ao mundo luso-brasileiro, nos quais iria pesquisar a respeito das culturas políticas do Absolutismo e do Liberalismo/da Ilustração. Como os textos veiculados na imprensa serviam a muitos indivíduos como meios de divulgação de um ideal, de um projeto, às vezes isso ocorria de maneira tácita, e em outras oportunidades isso se daria explicitamente. Tendo em vista que a imprensa do período chamava para si a responsabilidade pela instrução dos indivíduos carentes de educação mais qualificada, muitos de seus textos transmitiam os ideais político-ideológicos de seus respectivos grupos de interesse.

Foi nesse sentido que intentei captar as sutilezas dos discursos presentes naqueles textos, e com o intuito de compreender o que os indivíduos atrelados aos variados jornais buscavam. Inclusive porque se tratava de um momento de grandes transformações no ocidente, circunstância que de muitas formas impactava diretamente em vários aspectos na América portuguesa e em Portugal. Assim, além de buscar o entendimento e de expor as disputas havidas entre os agrupamentos em torno de suas culturas políticas e dos interesses particulares e coletivos a elas ligados, demonstrei também a importante situação da estrutura censora relativa aos escritos produzidos e/ou inseridos no Império Luso-brasileiro. Discorri a respeito de alguns meios pelos quais os indivíduos poderiam buscar instrução, fosse de maneira oficial com as aulas régias, seminários, universidade, ou de modo autodidata. Diretamente ligada à censura vinha a possibilidade concernente ao acesso aos escritos, pois seria por meio deles que os indivíduos se instruiriam, tornar-se-iam jornalistas, intelectuais etc., e a partir daí propugnariam a respeito dos ideais que se acreditava, inclusive contestar a ordem estabelecida.

Nesse amplo eixo temático ligado ao escrito se encaixava ainda a muito esperada liberdade de imprensa, expediente que dificilmente viria à tona na sociedade luso-brasileira, cujo ambiente era de cunho absolutista. Dessa maneira, aqueles indivíduos precisariam aguardar pelos sucessos liberais que grassavam da península Ibérica para a América, possibilitando, em sua esteira, situações de debates políticos na esfera pública, discussões políticas e intelectuais nesse âmbito, e a opinião, a qual ia se tornando pública à medida que o tempo avançava, bem como ia ganhando corpo e força com o decorrer dos avanços liberais-constitucionais. Esses instrumentos bastantes característicos de regimes liberais não romperiam com os aspectos estruturantes absolutistas da sociedade luso-americana, mas contribuiriam para pontuais e essenciais mudanças. Ademais, expus as situações atinentes à soberania, conceito em estreita sintonia com os ideais liberais-constitucionais em voga naquela época, e que entraria em pauta juntamente com as discussões da representação nacional e como ela se daria.

Então, apesar das significativas alterações que se dariam nos meios de propagação do saber e do conhecimento entre os luso-brasileiros – mas mais propriamente naqueles meios ligados às informações – e que vinham ocorrendo em algumas partes do Império Luso-brasileiro, tendo nos movimentos dos anos 1820-1822 um pano de fundo político e social que propiciaria um cenário de amplo debate político na esfera pública. Porém, antes que aquele ambiente sociopolítico resvalasse para eventos de mais ampla magnitude (revolução e/ou anarquia, como se falava nos escritos), indivíduos conservadores, moderados – ainda que alinhados ao Liberalismo – conduziram tais movimentos para a continuidade política, escapando das incógnitas que seriam possíveis com as rupturas mais estrondosas.

Assim como me vali de algumas lacunas – e que muitos historiadores lançam mão em suas pesquisas – em estudos historiográficos para a pesquisa/escrita, outras mais estarão disponíveis a outros historiadores para acréscimos e/ou contestações ao meu trabalho. O certo é que no conjunto dos objetivos almejados com a execução da pesquisa, com bastante esforço no tocante à escrita é possível dizer que embora as mui aludidas fontes tenham muito a dizer, as perguntas que lhes direcionei apresentaram as respostas esperadas, e às vezes até um pouco além.

Referências

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Afrontamento, 1993.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura*: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821). São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004. (Estudos Históricos; 55).

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. Santos: Livraria Martins Editora, 1967.

BASILE, Marcello; CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira, pelo povo ao rei, o poder é dado: a linguagem constitucionalista dos panfletos manuscritos da Independência. *In*: MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Org.). *D. Leopoldina e seu tempo*: sociedade, política, ciência e arte no século XIX. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016. P. 85-102.

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato*: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822). São Paulo: Hucitec, 1999. (Estudos Históricos; 36).

BERBEL, Márcia; FERREIRA, Paula Botafogo C. Soberanias em questão: apropriações portuguesas sobre um debate iniciado em Cádis. *In*: BERBEL, Márcia; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Org.). *A experiência constitucional de Cádis*: Espanha, Portugal e Brasil. São Paulo: Alameda, 2012. P. 169-199.

BOMPARD, Jean-Jacques. *Livreiros no Novo Mundo*: de Briançon ao Rio de Janeiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora da USP; Editora da Unesp, 2021.

BOXER, Charles R. *O Império marítimo português*: 1415-1825. 2.ª ed. Lisboa: Edições 70, 2011. (Extra-colecção; 47).

CALERO, Manuel Chust. As Cortes de Cádis, a Constituição de 1812 e sua transcendência americana. *In*: BERBEL, Márcia; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Org.). *A experiência constitucional de Cádis*: Espanha, Portugal e Brasil. São Paulo: Alameda, 2012. P. 11-29.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. *In*: VILLAÇA; Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (Org.). *História das Américas*: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015. P. 114-136.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. P. 375-399.

CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (Org.). *Às armas, cidadãos!* – Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823). São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. 2.ª ed. Lisboa: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. *In*: CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada, 3*: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009a. P. 113-162.

CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2009b.

DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio*: história da publicação da "Enciclopédia", 1775-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DARNTON, Robert. A leitura rousseauista e um leitor "comum" no século XVIII. *In*: CHARTIER, Roger (Dir.). *Práticas da liberdade*. 2.ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. P. 143-176.

DARNTON, Robert. *Censores em ação*: como os Estados influenciaram a literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. *Varia História*, Belo Horizonte: UFMG, n. 28, p. 13-28, 2000.

FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

FALCON, Francisco José Calazans. *Estudos de teoria da História e historiografia, volume III*: história luso-brasileira. São Paulo: Hucitec, 2017. (Estudos Históricos; 96).

FEBVRE, Lucien; MARTIN; Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Edusp, 2019.

FIGUEIREDO, Luciano. Pombal cordial. Reformas, fiscalidade e distensão política no Brasil: 1750-1777. *In*: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Cláudia (Org.). *A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. P. 125-174.

FRASQUET, Ivana. Leituras moderadas da Constituição de Cádis no triênio: El Universal: 1820-1823. *In*: BERBEL, Márcia; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Org.). *A experiência constitucional de Cádis*: Espanha, Portugal e Brasil. São Paulo: Alameda, 2012. P. 31-75.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. 4.ª ed. Belo Horizonte: Garnier, 2021.

FURTADO; Júnia Ferreira; STARLING, Heloísa Murgel. República e sedição na Inconfidência Mineira: leituras do Recueil por uma sociedade de pensamento. *In*: MAXWELL, Kenneth (Coord.). *O livro de Tiradentes*: transmissão atlântica de ideias políticas no século XVIII. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013. P. 107-132.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). *In*: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. P. 287-315.

GRESPAN, Jorge. *Revolução Francesa e Iluminismo*. 2.ª ed. São Paulo: Contexto, 2020.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispânicas. Madrid: Encuentro, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HESPANHA, Antonio Manuel. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no fim do século XVIII. *In*: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil*: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018. P. 304-345.

KANTOR, Iris. Impasses e repercussões do reformismo ilustrado na segunda metade do século XVIII. *In*: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres (Org.). *Soberania e conflito*: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010. P. 65-77.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.

LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos impressos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2.ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. P. 111-153.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos*: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2003.

LUSTOSA, Isabel. Cairu, panfletário: contra a facção gálica e em defesa do trono e do altar. *In*: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Org.). *História e imprensa*: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006. P. 275-295.

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*: um herói sem caráter. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUSTOSA, Isabel. *O jornalista que imaginou o Brasil*: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774-1823). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Liberal/liberalismo. *In*: FERES JÚNIOR, João (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. 2.ª ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. P. 121-136.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. Introdução. *In*: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. 2.ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. P. 7-19.

MAXWELL, Kenneth; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A política. *In*: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *O Império Luso-brasileiro (1750-1812)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. P. 335-432. [V. VIII: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). Nova História da Expansão Portuguesa].

MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, piratas e outros malandros*: ensaios tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808. 6.ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de ideias no Império luso-brasileiro (1808-1821). *In*: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (Org.). *O Império por escrito*. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2009. P. 565-583.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência*: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. 2.ª ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A vida política. *In*: PEDREIRA, Jorge M.; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Coord.). *O colapso do império e a revolução liberal*: 1808-1834. Carnaxide: Objetiva, 2013. Volume 1. P. 37-74.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. (Estudos Históricos; 57).

MOREL, Marco. Nação e revolução: o rubro veio historiográfico no Brasil na primeira metade do século XIX. *In*: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio (Org.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentum; Brasília: CAPES, 2007. P. 181-206.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. *In*: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. 2.ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. P. 23-43.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder*: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). *In*: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta*: a experiência brasileira (1500-2000). 3.ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009. P. 197-238.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. *LPH: Revista de História*, Ouro Preto: UFOP, n. 6, 1996, p. 92-100.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Cultura política na história*: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. P. 13-37.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais*: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A vida política. *In*: SILVA, Alberto da Costa e (Coord.). *Crise colonial e Independência (1808-1830)*. Rio de Janeiro: Objetiva e Fundación Mapfre, 2011. P. 75-113.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Liberalismo Político no Brasil: ideias, representações práticas (1820-1823). *In*: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (Org.). *O Liberalismo no Brasil*: origens, conceitos e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan; UERJ, 2013. P. 73-100.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Opinião pública. *In*: FERES JÚNIOR, João (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. P. 155-171.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 5.ª ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. Os jesuítas e as reformas pombalinas: rupturas e continuidades. *In*: FRANCO, José Eduardo *et al.* (Coord.). *Jesuítas e Ilustração*: rupturas e continuidades. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2019. P. 28-46.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *A astúcia liberal*: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro, 1820-1824. 2.ª ed. São Paulo: Intermeios, 2020.

PEREIRA, Luisa Rauter. Soberania. *In*: FERES JÚNIOR, João (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. P. 401-421.

PIMENTA, João Paulo. *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2015. (Estudos Históricos; 100).

PRIORE, Mary del. Ritos da vida privada. *In*: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil*: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018. P. 221-257.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROCHA, Antonio Penalves. *A recolonização do Brasil pelas Cortes*: história de uma invenção historiográfica. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RODRIGUES, André Figueiredo. Sequestro de bens dos participantes da Inconfidência Mineira como fonte de pesquisa para a história do livro e das bibliotecas (1789). *História (São Paulo)*, São Paulo: Unesp, v. 36, e. 35, 2017, p. 1-30.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*: 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Kosmos, 1946.

ROCHE, Daniel. As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII. *In*: CHARTIER, Roger (Dir.). *Práticas da liberdade*. 2.ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. P. 177-199.

ROSANVALLON, Pierre, p*or uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

SÁ, Charles Nascimento de. Salvador no século XVIII, uma cidade e suas imagens. *In*: RODRIGUES, André Figueiredo; SÁ, Charles Nascimento de (Org.). *Mundos coloniais*: espaços e realidades plurais na América portuguesa. São Paulo: FFLCH/USP, 2021. P. 125-139. (História Diversa; v. 26).

SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA, Bernardo. Cidadão. *In*: FERES JÚNIOR, João (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. 2.ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. P. 41-58.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre os manuscritos e os impressos. *In*: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira (Org.). *Entre a monarquia e a república*: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. P. 25-50.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*: a restauração e a monarquia absoluta (1640-1750). 2.ª ed. Lisboa: Verbo, 1982. Volume V.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A Idade d'Ouro do Brasil e as formas de sociabilidade baianas. *In*: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (org.). *História e imprensa*: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006a. P. 155-175.

SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842). *In*: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Org.). *História e imprensa*: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, Faperj, 2006b. P. 37-59.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a nação*: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006c. (Estudos Históricos; 63).

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Apropriações do Constitucionalismo nas Minas Gerais (1820-22). *In*: BERBEL, Márcia; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Org.). *A experiência constitucional de Cádis*: Espanha, Portugal e Brasil. São Paulo: Alameda, 2012. P. 137-166.

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. *O "nascimento político" do Brasil*: as origens do Estado e da Nação (1808-1825). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise*: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006. (Estudos Históricos; 64).

SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das leis*: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2009. (Estudos Históricos; 74).

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada*: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

SUBTIL, José. Os poderes do centro. *In*: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. P. 141-243. [V. 4, O Antigo Regime (1620-1807)].

TUNA, Guilherme Henrique. Entre permanências e rupturas: apontamentos sobre o gradiente católico na livraria de Manuel Inácio da Silva Alvarenga. *In*: RODRIGUES, André Figueiredo; AGUIAR, José Otávio (Org.). *História, religiões e religiosidade*: da Antiguidade aos recortes contemporâneos, novas abordagens e debates sobre religiões. São Paulo: Humanitas, 2016. P. 181-200.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808*: o Império luso-brasileiro e os brasis. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes*: reformas, censura e contestações. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

VILLALTA, Luiz Carlos; MORAIS, Christianni Cardoso de; MARTINS, João Paulo. As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777). *In*: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (Org.). *A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. P. 453-498.

VILLALTA, Luiz Carlos. *O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

WINOCK, Michel. As idéias políticas. *In*: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. P. 271-294.

Fontes

As edições digitalizadas dos oito jornais que foram utilizados como vestígios históricos da pesquisa para esse texto podem ser encontradas no sítio eletrônico da Biblioteca Nacional Digital do Brasil no seguinte endereço: http://bndigital.bn.gov.br/. A ortografia referente aos excertos desses jornais e que estão inseridos ao longo dos capítulos deste trabalho está atualizada.

Assim sendo, eis alguns detalhes a mais a respeito dessas fontes:

- *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, 1715 a 1833. Encontram-se digitalizadas suas edições de 1715 a 1789, e também as de 1810. As demais se acham microfilmadas na Hemeroteca Municipal de Lisboa. Ao menos relativamente às edições de 1810, elas tinham quatro páginas, e eram diárias. Sua produção se dava na oficina de Antonio Rodrigues Galhardo.

- *Correio Brasiliense ou Armazém Literário*, Londres, 1.º de junho de 1808 a 1.º de dezembro de 1822, editado por Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça.[1] Suas edições continham centenas de páginas e sua periodicidade era semestral.

- *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal Literário, Político ETC.*, Londres, de julho de 1811 a fevereiro de 1819. Era subvencionado pela embaixada portuguesa em Londres a fim de combater os escritos do *Correio Brasiliense*. Em seu início seria dirigido por Bernardo José de Abrantes e Castro e por Vicente Pedro Nolasco e Castro. Depois de 1814 seria comandado por José Liberato Freire de Carvalho e, a partir de então, teria tido maior independência (LIMA, 2006, p. 702). Era um periódico com publicações mensais que continham muitas páginas.

- *Idade d'Ouro do Brazil*, Salvador, 14 de maio de 1811 a 24 de junho de 1823. Era impresso na tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva. Ao longo desse período teria como redatores Gonçalo Vicente Portela e Inácio José Macedo (SILVA, 2006a), ao que se seguiria Diogo Soares da Silva de Bivar. Tinha quatro páginas e suas tiragens variariam no tempo em que era publicado: sendo semanal, mas também diário.

- *O Patriota. Jornal literário, político, mercantil*, Rio de Janeiro, janeiro de 1813 a dezembro de 1814, editado por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Continha centenas de páginas e sua periodicidade variaria, ainda que tenha sido mais usual de forma bimestral.[2]

---

[1] De acordo com Monteiro (2013), Hipólito da Costa e José Liberato (um dos redatores do *Investigador Português em Inglaterra*), eram dos melhores publicistas da imprensa emigrada portuguesa.

[2] Juarez Bahia (1990) classifica *O Patriota* como tendo sido a primeira revista na história brasileira. Por outro lado, Morel (2003) diz que *O Patriota* foi a segunda revista a ser publicada no Brasil.

- *Semanário Cívico*, Salvador, editado de 1.º de março de 1821 a 19 de julho de 1823 na Tipografia da Viúva Serva, e Carvalho. A numeração das edições era contínua de ano a ano, mas das páginas não. Normalmente tinha quatro páginas e teria tido um único redator: o portuense Joaquim José da Silva Maia.
- *Revérbero Constitucional Fluminense*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822. Seus redatores eram Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Suas edições teriam periodicidade variável e costumavam ter em torno de 14 páginas cada.
- *Correio do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, publicado de 10 de abril de 1822 a 24 de novembro de 1823. Normalmente apresentava quatro laudas de modo continuado com o correr das edições. Seu redator era o português europeu João Soares Lisboa.